



DESTAQUES DA IMPRENSA

Londres e a Amazônia

A idéia de empilhar sacos de cartas bloqueando a porta da embaixada brasileira em Londres, ocorrida no dia 14 de setembro, não foi uma iniciativa isolada da proprietária da rede Body Shop, Anita Roddick, mas parte de uma bem articulada campanha que insiste em levantar as velhas bandeiras de que a "imensa riqueza da floresta amazônica deve ser explorada em benefício da humanidade" — campanha esta que procede dos mais elevados círculos financeiros anglo-holandeses, entrelaçados com as respectivas casas monárquicas. Devido a razões de espaço, não nos estenderemos, aqui, sobre os antecedentes históricos de tal campanha.

A ação da Sr^a Roddick, coincidentemente simultânea com a publicação de importante matéria do *The Economist* sobre o assunto, representa a mera continuação de ações propagandísticas coordenadas e, particularmente, impulsionadas a partir da viagem do príncipe Charles à Amazônia, em finais de fevereiro passado, e continuadas pela tournée do roqueiro Sting, alegadamente em favor da causa dos aborígenes amazônicos.

Na realidade, a Sr^a Roddick e sua empresa fazem parte de uma grande assembléia de grupos ambientalistas, integrantes de um amplo movimento conhecido pela denominação genérica de *New Age*, os quais são comumente empregados como pontas-de-lança dos interesses

financeiros supracitados. Esses grupos se caracterizam pela insistência em uma utópica "volta à natureza", como uma espécie de nova religião, na qual a razão humana e a crença cristã no aperfeiçoamento da obra de Deus são abandonadas em favor do culto à irracionalidade e à perversão. Um dos promotores visíveis de tal movimento é o príncipe Philip, duque de Edimburgo, e, não coincidentemente, presidente do WWF (*World Fund for Nature* — *ex-World Wildlife Fund*).

Um dos principais centros de coordenação das atividades destes grupos ambientalistas, no Reino Unido, é a *Finchhorn Foundation*, da Escócia, que se autoproclama o "Vaticano do Movimento da Nova Era". Ed Posey, dirigente da fundação, coordena várias atividades relacionadas à Amazônia, em seu papel de diretor da *Gaia Foundation*, de Londres, a qual, por sua vez, constitui um dos braços da organização *Busines Network*, que promove idéias semelhantes às defendidas pela Sr^a Roddick entre os círculos financeiros da City. Por outro lado, a *Gaia Foundation* controla organizações ecologistas como *Forest Peoples Support Group* e a *Education of the Awakening Earth*. Além disso, a GF promoveu, no final do ano passado, uma ampla visita do ecologista brasileiro José Lutzember à Inglaterra, nomeando-o o seu representante no Brasil.

A um nível inferior desta campanha,

encontram-se uma coleção de organizações de ativistas que pretendem converter-se nos gendarmes ecológicos da Amazônia - Friends of the Earth participantes diretos da ação da Sr^a Roddick; Greenpeace; Survival International, que se propõe a sabotar todos os fluxos financeiros internacionais destinados a projetos na Amazônia até que o governo brasileiro reconheça "os legítimos direitos dos indígenas"; Oxfam e Brazilian Network, organizações "independentes" que se propõem a aprofundar o intercâmbio de informações dos diversos grupos ingleses "comprometidos com os melhoramentos dos direitos humanos e com a proteção ambiental no Brasil".

Grande parte da publicidade das atividades desses grupos se realiza por intermédio do chamado Television Trust for the Environment, fundado sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), e da Central Television inglesa. Esta organização tem se especializado na elaboração de documentários sensacionalistas sobre os problemas ecológicos mundiais, particularmente sobre a Amazônia, como se verificou, por exemplo, pelo documentário Amazônia Ablaze (A Amazônia em Chamas),

mencionado no boletim de janeiro de 1989 da organização.

Para que se possa avaliar a extensão dos interesses envolvidos em tal organização, basta mencionar que, entre os membros de seu conselho internacional de assessores, encontra-se o diretor-executivo do Pnuma, Mustafa Tolba, que preparou o discurso lido em Brasília, em 30 de março último, perante o presidente José Sarney e altas autoridades brasileiras, pelo representante soviético Genaddy Golubev, sugerindo ao Brasil adesão ao esquema das debt-fornature swaps e ao conceito de soberania limitada em questões ecológicas. Outro membro importante do conselho é Shridath Ramphal, secretário-geral do Commonwealth, igualmente defensor da tese de limitação de soberanias nacionais.

Do exposto, pode-se constatar que estamos diante de uma ação profissionalmente concatenada e executada, que nada tem a ver com manifestações de diletantes, e, sim, com poderosos interesses políticos e financeiros de altos escalões da oligarquia européia, frente aos quais a atitude mais correta para os brasileiros é uma constante e cerrada vigilância.

(Artigo publicado no *Jornal do Comercio* de 21 de setembro de 1989. Assina-o o jornalista Lorenzo Carrasco, diretor do Instituto Schiller).

'Brazil Network' é máscara

Lorenzo Carrasco

Jornalista e Diretor do Instituto Schiller

As recentes ações de grupos ecologistas brasileiros tentando, por via judicial, obstaculizar manobras militares em Mato Grosso do Sul e impedir o funcionamento da usina nuclear Angra I não constituem fatos isolados. Ambos fazem parte de uma nova fase, mais 'beligerante', da 'ofensiva

ecológica' desfechada contra o Brasil pelas oligarquias financeiras internacionais, com o intuito cada vez mais explícito de frear o desenvolvimento social e econômico do País e impor um sistema de soberanias limitadas sobre a Região Amazônica. No mesmo contexto se insere a decisão do Banco Mundial, no sentido

de não liberar novos financiamentos para a construção de usinas hidroelétricas na Amazônia, supostamente para evitar a devastação ambiental.

Como consta no documento básico da estratégia ecológica, o relatório da Comissão Brundtland, "Nosso Futuro Comum", um dos principais instrumentos de ação das oligarquias financeiras para impor seus propósitos é uma variada coleção internacional de organizações não-governamentais, cujas ações têm demonstrado um crescente grau de coordenação e integração.

Entre estas organizações vem se destacando a chamada Brazil Network, com ramificações nos Estados Unidos e Inglaterra e que se apresenta como "uma organização independente, fundada para aprofundar o intercâmbio de informações entre grupos comprometidos com o melhoramento dos direitos humanos e a proteção ambiental no Brasil". Em suas ações, a Brazil Network coordena as atividades de grupos como Friends of the Earth, Greenpeace, OXFAM Survival International e outros - participantes da operação contra a embaixada brasileira em Londres, no dia 14 de setembro. Nos Estados Unidos, a Brazil Network atua em estreita cooperação com o Environmental Defense Fund e a Conservation International - a principal promotora das trocas de dívida por natureza (debt-for-nature swaps) - com a qual tem patrocinado uma série de eventos, como uma recente visita

de lideranças indígenas da Amazônia àquele país.

Em 30 de setembro e 1º de outubro últimos a Brazil Network co-patrocinou, com o Catholic Institute For International Relations (CIIR) de Londres, um encontro, em Sheffield, Inglaterra, com o tema "Amazonia: Whose environment, whose struggle?" (Amazônia: meio ambiente de quem? Luta de quem?), cujo propósito declarado foi organizar uma federação internacional para supervisionar as campanhas ecológicas na floresta amazônica. Entre os mais de 300 participantes da reunião, destacou-se a diretora do braço norte-americano da Brazil Network, Linda Rabben.

No Brasil, um dos contatos da CIIR e da Brazil Network é o Instituto de Estudo Sócio-Econômicos (INESC), de Brasília, que segundo participantes da reunião de Sheffield, realiza um trabalho de lobby para essa rede internacional dentro do Congresso brasileiro.

Talvez não seja mera coincidência que, no último dia 2 de outubro, a coordenadora-geral do INESC, Srª Maria José Jaime, repassou a vários parlamentares brasileiros documentação enviada pela Srª Rabben, da Brazil Network, contendo informações caluniosas contra o economista Lyndon H. La Rouché, fundador da Revista EIR, que, nos últimos meses, vem denunciando, sistematicamente, a "ofensiva ecológica" contra o Brasil e trazendo à luz os seus promotores.

(Artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 18 de outubro de 1989. Assinado o jornalista Lorenzo Carrasco, diretor do Instituto Schiller).

Caminho do Inferno

Para quem acha consoladora, na atual situação brasileira, a afirmação de que "o Estado vai mal, mas a economia vai bem", deveria servir de grave advertência o que está acontecendo na Colômbia. Se o Estado em excesso é uma praga que sufoca a economia, a desorganização do Estado

pode levar a situações monstruosas - como a que a Colômbia enfrenta agora.

Reconheça-se, de início, que o Estado colombiano sempre foi um edifício desconjuntado. Esse país andino transmite a estranha impressão de que jamais se recuperou da colonização espanhola. Sobre a base indígena, superpôs-se um

verniz europeizante sem que houvesse integração entre uma coisa e outra.

Em conseqüência, instalou-se na Colômbia a que é talvez a mais antiquada estrutura social e fundiária do continente — gerando uma carga de ressentimento que também no Peru pôde ser explorada por quem quer que quisesse contestar a sociedade oficial.

A violência acabou explodindo, já nos anos 40, e em tal nível que as elites dirigentes estabeleceram um cómodo pacto: os dois principais partidos — Liberal e Conservador — governariam alternadamente, até que a situação social se desanviasse. Mas, enquanto durou esse pacto, o país não mudou.

Não estranha, assim, que os movimentos guerrilheiros aproveitassem a "década ideológica" dos anos 60 para tomar conta de largas parcelas do interior colombiano. Coube a esses movimentos alimentar e desenvolver a atmosfera geral de ressentimento contra a ordem social e o Estado. A resposta do governo a esse quadro foi uma sucessão de estados de sítio que só congelavam as doenças incuráveis do país.

A economia colombiana nunca conseguiu ir além das suas bases agrícolas — extremamente produtiva, por exemplo, no grande boom do café que criou um quadro aparentemente favorável: a Colômbia não parou de crescer nesta década de estagnação, e não precisou recorrer ao FMI. Mas quando a crise dos anos 70 apertou as margens de lucro, e multidões expulsas do campo foram bater em cidades despreparadas para recebê-las, a indústria das drogas cresceu nos espaços vazios deixados pela desorganização social e pela ineficiência do Estado.

As voltas com a guerrilha, os sucessivos governos colombianos não percebiam a outra tempestade que se aproximava. Quando se deram conta, o narcotráfico já tinha se tornado um estado dentro do Estado. O governo Betancourt tentou uma trégua com as diversas organizações guerrilheiras; mas a trégua durou pouco, pois os grupos de extermínio de direita não estavam dispostos a conviver com inimigos históricos.

Esperamente, o cartel das drogas

(Editorial do Jornal do Brasil de 26 de agosto de 1989).

apresentou-se como "braço auxiliar" do governo no combate à subversão. Um anticomunismo visceral no país parece ter visto nisso uma oportunidade para livrar-se do velho adversário; mas assim se perdeu tempo e energia para enfrentar os novos barões colombianos, que se infiltravam cada vez mais na política, na administração e até no judiciário do país.

A situação chegou a um tal grau de absurdo que até a hierarquia católica, um ano atrás, propunha uma negociação com o mundo das drogas — já então responsável pelo setor mais dinâmico da economia. "Toda guerra é política", aventurou-se a dizer um bispo colombiano, acrescentando: "Há que buscar argumentos políticos e o diálogo."

O que significa esse diálogo já agora está bem claro: seria simplesmente a capitulação final do Estado ante um mundo marginal que vem-se imbrando pela violência e pela corrupção. Os barões da droga já explicaram e provaram que se dispõem a matar quem ficar em seu caminho — juízes, ministros, policiais. Tornaram-se mais fortes que o Estado, até que este encontre algum modo de recuperar posições.

O último argumento do narcotráfico é o do patriotismo — confirmando a velha frase de que "o patriotismo é o último refúgio dos canalhas". Tenta-se estabelecer como anticolombiana a possibilidade de extradição para os EUA dos envolvidos no narcotráfico — pois a Justiça americana tem força e autoridade para julgar e condenar os que fazem do mercado norte-americano seu grande território de lucros.

Este último sofisma precisaria ser rejeitado frontalmente pela opinião pública continental. A triste verdade é que o narcotráfico, na Colômbia, já é hoje mais poderoso que o Estado nacional. A Colômbia não sairá desta situação sem ajuda externa.

Fica a advertência para os que acham que a "economia informal" é um remédio eficaz e indolor para a inépcia do Estado. A compactar com este sofisma, o Brasil arrisca-se seriamente a desembarcar na Colômbia — enquanto pensa estar tomando o rumo da Itália.

Estratégia da Aranha

O ministro da Justiça advertiu de novo para a necessidade de combater o crime organizado no Brasil porque, segundo ele, há indicações de que começa a nascer uma máfia brasileira, com atuação no tráfico de drogas. Este é um filho espúrio que quando vier à luz dificilmente poderá ser descartado, à semelhança do que ocorreu em outros países às voltas com uma corrupção criminal tão profunda que passou a fazer parte integrante da sociedade.

O próprio ministro se encarregou de externar opinião de que um dos indícios da existência de uma máfia latente é o fato de que hoje no Brasil não há crime sem a presença da polícia. Traçam-se assim os fios de uma poderosa organização, dentro da sociedade mas não de fora da polícia, que aos poucos conclui a costura da teia mafiosa. Desta teia nenhuma sociedade se livra impunemente.

O crime organizado, de extração mafiosa, é o rebento mais extemporâneo da violência atualmente em curso nas grandes cidades brasileiras. Tudo o que é ruim se unifica numa única fonte de energia: assassinatos por encomenda, tráfico de drogas, cassinos, jogo do bicho, roubo de automóveis, assaltos, estupros, e até mesmo, numa instância mais elevada, já bastante sofisticada, a indústria de venda de vistos para estrangeiros.

Nada disso poderia funcionar com tanta facilidade sem cooperação policial. Criam-se situações em que os responsáveis por crimes que abalam a base da sociedade são os próprios homens que deveriam dar proteção à população. Não se passa dia sem que policiais sejam acusados de participar de grupos de extermínio, de proteger bicheiros e de participar das quadrilhas que trocam carros roubados por cocaína na Bolívia. Há polícias civis tão comprometidas — como a do Rio de Janeiro — que só passando um apagador sobre elas e começando tudo de novo é que se voltará a ter sossego nas cida-

des. A própria palavra proteção só é percebida em seu sentido perverso, mafioso.

A consequência primeira de tal enredamento é a quantidade crescente de crimes sem solução, muitos dos quais não passam de queima de arquivo, mas que, dada sua brutalidade e periodicidade, contribuem para amortecer a capacidade de indignação da sociedade. É o fenômeno da banalização da violência que permite o avanço do crime organizado sem a devida resposta da polícia que, em última análise, é paga para estar do lado da sociedade e não do lado do crime.

É inadmissível que grande parte da polícia complemente salário com a propina do jogo do bicho e que a mesma fórmula da extorsão se amplie a outros setores, como o tráfico de entorpecentes e as quadrilhas de roubos de automóveis. Secretárias de Segurança se tornam impotentes para combater os ramos do crime organizados instalados em suas salas. Por isso se montam algumas operações sensacionalistas do aparelho policial apenas para dar uma satisfação à sociedade tão preocupada com o aumento da criminalidade. Mas não pode ser escondido o fato de que as operações mascaram às vezes a impunidade dos verdadeiros chefões envolvidos, do tráfico de drogas ao tráfico de influências, caracterizando a estratégia da aranha, de transformação das várias contravenções numa extensa e única teia mafiosa.

A polícia às vezes terça armas com a ponta que está no morro, mas nem se preocupa (afé em proveito próprio) com os colarinhos brancos que nos bastidores manipulam os cordéis do crime organizado. Por trás de tudo está a necessidade de melhorar a imagem do policial, valorizar sua profissão, torná-lo competente, como único passo para deter a marcha batida do crime. Sem este compromisso entre a sociedade e a sua polícia, o que continuará valendo, para o que der e

vier, será a omertà ignóbil entre a criminalidade e a polícia.

No ritmo atual, a tendência mafiosa

do crime evolui com maior velocidade do que a capacidade do aparelho policial de desbaratá-la. E, enquanto a máfia corre, a sociedade fica para trás.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil* de 22 de outubro de 1989).

Um Soviético se Desarma

Os parlamentares soviéticos deram apoio ao novo rumo na política militar, defendido, há pouco tempo, por Mikhail Gorbatchev e seus partidários. Pela nova estratégia, o complexo militar-industrial deverá abandonar a antiga via de desenvolvimento extensivo e passar por uma reforma radical. Quase a metade dos deputados entrevistados por um grupo de sociólogos foi favorável à redução unilateral e incondicional dos efetivos militares e armamentos. Os demais apoiaram a idéia de redução recíproca dos potenciais militares.

O povo espera que as mudanças na política militar facilitem a procura de uma saída para a crise econômica interna e contribuam para aumentar a confiança internacional na União Soviética. Os projetados cortes nas despesas militares proporcionarão, no atual quinquênio, economia de 30 bilhões de rublos (NCz\$ 86,4 bilhões). Além disso, o Congresso dos Deputados do Povo votou a favor do plano de reduzir, até 1995, a cota-parte das verbas militares no orçamento nacional em um terço ou pela metade.

Entretanto, há numerosos problemas na área militar que apenas começam a ser debatidos a sério. Tudo indica que as declarações sobre a necessidade de se reformar a política militar no essencial já não bastam. O processo de renovação das Forças Armadas ultrapassou os limites do desarmamento. Há quem considere que as medidas de desarmamento não são a prioridade para as tropas. É muito mais difícil acabar com uma praga que vem corroendo as Forças Armadas soviéticas por dentro. Esta praga chama-se conservadorismo.

As pretensões do povo em relação às suas Forças Armadas vão crescendo à medida que a *glasnost* ganha corpo no país. Muitos militares continuam surpresos com a transparência que, ainda por cima, lhes parece um atentado contra o *sanctum sanctorum*. É duro constatar que a sociedade começa a estabelecer controle civilizado sobre a área de defesa, praticamente a partir do zero. Entretanto, numerosos deputados estão firmemente dispostos a defender seu direito de saber e controlar os assuntos mais importantes da competência dos departamentos militares. Comprovando isso está o duro exame que o candidato ao cargo de ministro da Defesa general-de-exército Dmitri Iazov, foi obrigado a fazer no Soviete Supremo. Essa atitude, apesar de alguns excessos da democracia recém-nascida, foi bastante sintomática: pôs a descoberto, mais uma vez, vários fatos pouco ou nada agradáveis, mas dando motivos para otimismo.

Já não é segredo para ninguém que, na época da estagnação (governo Brejnev), as Forças Armadas tinham "luz verde" para aumentar os arsenais. Os gastos militares permaneciam em sigilo absoluto. Como o dinheiro estava sempre escasso, a prioridade era dada às armas e não às pessoas que as manejavam. A "austeridade proletária" conduziu a uma situação intolerável: o contraste entre o elevado nível técnico de um dos maiores exércitos do mundo e as condições de vida precária, tanto dos soldados quanto dos oficiais. Depois das audiências parlamentares em torno da candidatura do ministro da Defesa, este fato tornou-se patrimônio da política oficial. O primeiro

motivo para otimismo decorrera, portanto, da queda progressiva da quantidade de efetivos e material, paralelamente ao aumento da qualidade.

As audiências mostraram também que os deputados desejam obter provas concretas da existência de um projeto de reforma nas Forças Armadas, capaz de transformá-las em uma organização compacta e racional, com pessoas responsáveis, competentes e capazes de idéias novas. Para que isso aconteça, basta estabelecer nas tropas um ambiente em que os oficiais aptos, mesmo que rebeldes, queiram e possam seguir a carreira militar, e os incapazes e desinteressados, embora obedientes, procurem outro emprego. Os fatos evidenciam, no entanto, que esse ambiente não existe, no momento, nas Forças Armadas. O protecionismo, a ostentação e o arbítrio dos chefes lançaram raízes profundas, superando os talentos e procriando cínicos e conformistas, ignorantes e apáticos. E mais um motivo para otimismo: um deputado, oficial subalterno, disse essas palavras na frente do ministro da Defesa. Há, portanto, esperanças de que será mais fácil combater fenômenos do gênero a partir de agora.

A redução da disciplina militar anda na boca de todos, assim como as consequências perigosas dos conflitos de idade e étnicos no quartel. É verdade que as origens dessas tendências estão, em grande parte, fora das tropas. Seja como for, os deputados discordaram da opinião

(Artigo veiculado pela agência Novopress e publicado no *Jornal do Brasil* de 24 de julho de 1989. Assina-o Igor Volojanin, analista militar de Nóvosti.)

do general Lazov, de que a crueldade e a violência nas unidades militares é fruto do infantilismo físico e moral dos recrutas. Vários deputados constataram, tentando restabelecer a ordem, são censurados e reprimidos pelos superiores por causa de "resultados baixos na formação militar e política". Mikhail Gorbachev, que é presidente do Conselho de Defesa, reconheceu que o problema da disciplina é um dos mais graves nas Forças Armadas.

Depois do recente naufrágio de um submarino atômico e do acidente com outro, muita gente sentiu na própria carne o risco a que estamos expondo a nós e a todo o planeta. O problema da segurança das pessoas e do material técnico tem solução desde que seja devidamente compreendido. O ministro da Defesa, embora com dificuldade, foi aprovado no "exame" pelos parlamentares. Porém, mais importante ainda é que os legisladores também passaram por um "exame" difícil, criando um precedente de debates abertos e audaciosos sobre os problemas especificamente militares. Criaram premissas para a elaboração de garantias jurídicas e políticas seguras da reforma das Forças Armadas soviéticas. A atividade do Soviete Supremo e da sua Comissão para os Assuntos de Defesa e da Segurança Nacional e o envolvimento, nesse trabalho, de técnicos e cientistas independentes poderão dificultar a vida dos departamentos militares, mas serão benéficos à segurança do povo e do país.

A Sombra do Muro

A queda de Erich Honecker, idoso e ortodoxo líder da Alemanha Oriental, fez barulho no mundo inteiro. Vindo logo depois do extraordinário êxodo que jogou milhares de alemães orientais para o outro lado da fronteira, parecia prenunciar o golpe final na "velha ordem" — e, no bojo da "nova or-

dem", alguns se dispuseram a enxergar nada menos que o processo de reunificação das duas Alemanhas, separadas pela guerra.

Numa realidade oscilante e dinâmica como a de hoje, nenhuma hipótese deve ser totalmente eliminada. A experiência

ensina, entretanto, que a história nem sempre está disposta a dar saltos. Veja-se, por exemplo, o tempo que a Alemanha e a Itália levaram para chegar à sua primeira unificação, no século passado. No caso da Alemanha, esse processo foi possível devido a circunstâncias históricas espetaculares, como a ascensão da Prússia sob a mão de ferro de Bismarck, e a correspondente derrocada do império francês de Napoleão III.

As realidades de hoje também são espetaculares, sob alguns aspectos. Gorbachev é uma delas. Mas no mundo de 1989 ainda estão em vigor alguns freios poderosos; e os alemães são os primeiros a se darem conta deles.

O primeiro de todos é o que preserva cuidadosamente as memórias da II Guerra Mundial — um conflito devastador que começou há apenas 50 anos. Pessoas em posição de poder, nas duas Alemanhas e no resto da Europa, viveram essa guerra; atravessaram um duríssimo pós-guerra, que se estendeu por quase uma década; e desfrutaram, depois disso, de três décadas de paz e prosperidade — algo de muito raro em toda a história do continente. Não se troca essa realidade pelo desconhecido sem uma longa reflexão — e sem motivos muito sérios.

A Alemanha Oriental não prosperou tanto quanto seus rivais do Ocidente; mas, ao contrário de uma Polônia, foi capaz de pôr de pé uma economia sólida. Com tamanho equivalente ao do estado de Pernambuco, essa Alemanha menor é a décima potência industrial do mundo; e, se os seus habitantes não nadam em abundância, têm apesar disso, garantias que outros países agarrariam com as duas mãos: moradia, educação gratuita, emprego.

Isso não bastou para impedir o êxodo das últimas semanas — pois os alemães do leste podem ver, pela televisão, que seus vizinhos ocidentais trabalham muito menos e vivem muito melhor. Para a juventude, sobretudo, a questão da liberdade tende a colocar-se acima de qualquer outra. Mas a Alemanha do leste não parece a ponto de desmanchar-se como um castelo de cartas.

Também não deverá passar por mudanças drásticas de sistema — pois é um caso à parte no mundo comunista. Polo-

neses e húngaros podem fazer o que quiserem com seus sistemas políticos: continuarão a ser poloneses e húngaros. Mas se os alemães orientais abolirem princípios ideológicos que constituem a base do regime, eliminarão a própria justificação do Estado em que vivem: não haveria, então, qualquer motivo plausível para que ele se unisse à Alemanha do ocidente, maior e mais poderosa.

Para essa reunificação, o mundo ainda não parece estar preparado. Nem mesmo os alemães. No lado ocidental, as primeiras levas de refugiados foram recebidas muito bem. O orgulho nacional estava em jogo. Mas não houve propriamente euforia. Há três milhões de desempregados na Alemanha do oeste. Os que chegam do leste são, em grande número, trabalhadores qualificados, cansados de patinar profissionalmente num estado espartano e igualitário. No lado ocidental, vão disputar empregos com a tenacidade de quem precisa recomeçar a vida, e está acostumado a condições mais duras que as de seus antigos vizinhos. É um desafio que o lado oeste pode absorver; mas o que aconteceria em caso de fusão das duas Alemanhas? Que efeitos isso traria para o mercado de trabalho ou para o sistema previdenciário?

Fora da Alemanha, as preocupações são ainda maiores. Se os próprios alemães não estão fazendo da reunificação uma prioridade, o "mundo exterior" encara essa hipótese com justificada perplexidade. Unidas, as duas Alemanhas superariam em poder econômico a França e a Inglaterra somadas. Modificariam, drasticamente, o mapa da Europa desenhado a ferro e fogo no final da última guerra mundial.

Gorbachev tem feito figura de grande reformador. É mais que duvidoso, entretanto, que esteja disposto a jogar fora toda a sua coleção de mapas — antes de tudo, porque a tarefa de reformar por dentro a União Soviética já lhe consome qualquer energia disponível. Em segundo lugar, porque nenhum chefe de estado, na URSS dos nossos dias, disporia de autoridade para ir tão longe.

Fala-se muito num mundo novo. Mas o mundo novo ainda está em trabalho de parto. Na prática, as estruturas defensivas dos dois blocos continuam de pé (não

têm por que mudar quando todo o projeto da perestroika ainda é mais projeto que realidade).

O Pacto de Varsóvia, por esses motivos, também transcende a capacidade decisória de Gorbachev. E um simples olhar ao mapa demonstra que a Alemanha Oriental é a pedra de toque do sistema. Ao lado da Tchecoslováquia, ela protege a Polónia, como diria alguém olhando o panorama a partir de Moscovo. Na Alemanha Oriental, 400 mil soldados soviéticos formam a primeira linha de defesa do sistema. Quem dará a ordem para que eles se retirem?

É importante considerar, ao lado disso, que, historicamente, existe mais de uma Alemanha. A atual Alemanha do leste coincide, em grande parte, com a antiga Prússia; e isso explica uma parte da rigidez do regime — que o substituto de Honecker, mais jovem mas não menos

linha dura, pode reformar, para liberar pressões, sem abolir.

Não existe, na Alemanha Oriental, uma facção reformista dentro do partido como a que acaba de virar pelo avesso o sistema político húngaro; ou uma oposição sindical como a que forneceu a base para as novas realidades polonesas. E quem não se conformava com o regime, ali, já encontrou um modo de contrabandar-se para o Ocidente.

Nada disso garante a imutabilidade do sistema. No caso da Alemanha, entretanto — das duas Alemanhas —, as fichas em jogo são muito altas para que se possa pensar em decisões fulminantes. O novo líder berlinense, Egon Krenz, tem muito trabalho pela frente; mas não está encostado contra o muro. Do lado oriental, o muro de Berlim está pintado de branco.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil de 21 de outubro de 1989.)

História Nova

Economias moribundas produzem inevitavelmente crises políticas. E o grande paradoxo da nossa época é que os regimes marxistas que reduziram a história a um jogo de forças econômicas estejam perdendo todas as penas do seu cocar ideológico por um colapso econômico de proporções nunca vistas.

Na Polónia, os comunistas perderam o poder — fato já em si revolucionário — ante a perspectiva da completa falência nacional. Na URSS, uma catástrofe econômica poderia estrangular os projetos reformistas de Mikhail Gorbachev — a ponto de analistas conceituados lhe darem seis meses para mostrar algum resultado, antes que a situação se deteriorasse.

O cidadão soviético, de fato, está submetido a uma escassez de gêneros que chega a dar coloridos nostálgicos à

grande estagnação do brejnevismo. Sabão, roupa de baixo, lâminas de barbear e até cigarros são difíceis de encontrar. Produz-se um tipo peculiar de inflação socialista: as pessoas têm muitos rublos na mão, mas não têm o que comprar com eles. Os bens de consumo que estão nas lojas não motivam o comprador; os bens que ele gostaria de comprar não estão nas lojas.

A irritação que isso provoca, acoplada à possibilidade de uma liberdade de expressão antes inexistente, azeda o caldo social. A criminalidade aumenta; e ao longo de um império imenso, tendências nacionalistas substituem cada vez mais as fachadas pomposas do "internacionalismo proletário", e o rosto padronizado do homo sovieticus.

Lutando duramente no plano interno, Gorbachev está propondo soluções origi-

nais para o relacionamento entre as repúblicas. Um novo "código das nacionalidades" emerge o recente Congresso do partido; e nele, concede-se muito maior autonomia às partes de que se compõe a URSS, com advertências quanto à importância de manter sem ruptura o tecido político do império declinante. "Gorbachev não foi guindado ao poder", diz um conhecido soviétólogo, parafraseando Churchill, "para presidir à dissolução do império".

Os interesses mais amplos existem, e devem ser preservados - afirmou Gorbachev, sob aplausos, no Congresso. O que não impede uma grande flexibilidade no particular. Quando a Polónia retirou dos comunistas a chefia do governo, e os húngaros desafiaram os alemães orientais com a sua dramática abertura de fronteiras, Moscovo absteve-se de intervir, ou até mesmo de fazer sermões, para grande decepção dos duros da família - tchecos, alemães orientais e os estalinistas delirantes da Romênia.

Isto obriga a Europa - e o mundo inteiro - a virar uma página da história. Com a "fuga para a liberdade" de milhares de alemães orientais, sob o olhar complacente dos húngaros, vinham abaixo as muralhas de Jericó que fizeram dos dois grandes blocos as pilastras de sustentação do mundo pós-1945. O muro de Berlim pode ou não ser derrubado: a Europa simplesmente dá as costas a uma realidade histórica que há muito pouco tempo parecia intangível.

Chegaremos, algum dia, a ter saudades do mundo bipolar? O esquema político que emergiu da última Grande Guerra forneceu quatro décadas de paz a um século que produziu as maiores guerras da história. Uma paz armada até os dentes, repleta de sobressaltos, de crises enervantes, à sombra intimidadora das super potências; mas, de qualquer modo, uma espécie de paz.

A página está sendo virada por motivos demasiado concretos. Um ou outro manual rançoso pode continuar a falar nas "contradições do capitalismo". O desafio ecológico perfila-se no horizonte, colocando indagações tão sérias quanto as do holocausto nuclear. Mas o fato é que a Europa Ocidental conhece uma

prosperidade e um amadurecimento político que dão um aspecto amadorístico às sociedades que se tentou construir pela bfbia marxista.

A diferença não é só econômica. Os jovens alemães que desandaram a correr através da Áustria, em direção ao Oeste, não vinham de nenhuma situação de penúria: a Alemanha Oriental é bem-sucedida dentro dos padrões socialistas. O que faltava a esses jovens era motivação para viver; era o ingrediente de liberdade sem o qual a vida humana parece uma história desprovida de sentido.

O que vai acontecer agora? Ninguém tem respostas prontas. Não há receitas para se passar de uma experiência totalitária a um regime de liberdade, total ou parcial. Diversos especialistas já sustentam que a charada econômica posta na mesa de Gorbachev não tem solução sem a introdução dos mecanismos clássicos do mercado. Isto feito, o que restaria de uma estrutura política baseada na centralização e no dirigismo?

Os satélites - Polónia e Hungria à frente - têm mais liberdade para experimentar, pois não são o centro do sistema. A Polónia experimenta o primeiro governo não comunista do Leste; a Hungria queima etapas na direção do pluripartidarismo. Cairá como um castelo de cartas o "imperialismo moscovita" que emergiu da II Guerra Mundial?

Dentro de uma situação imprevisível, e apesar da inflamada deserção de milhares de alemães orientais, ainda há escopo para que uma transição relativamente ordeira aconteça sem queimar os navios de Gorbachev. Se a aventura ousadíssima (e hoje se vê que quase inevitável) comandada de Moscovo produzir resultados razoáveis, uma situação de mais independência dos satélites face a Moscovo não precisaria resultar num desmonte inapelável de todo o bloco - perspectiva que tanto assusta os ortodoxos quanto os que acham, no Ocidente, que é preciso ir devagar com o andor.

Os países do Leste, mesmo forçados a isso, viveram quatro décadas juntos; tiveram suas economias e sua maneira de viver homogêneas - ainda que ao gosto de Moscovo. A União Soviética, neste cenário, é o grande fornecedor de

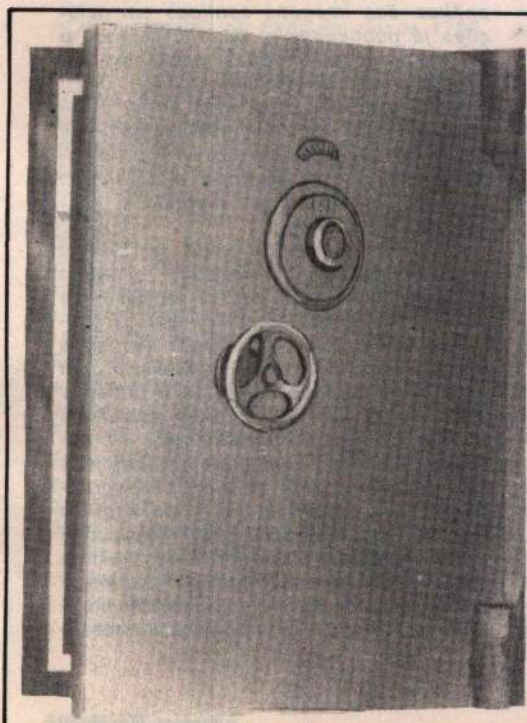
matérias-primas; é o gigante vizinho cuja realidade não se pode ignorar – assim como seria utópico que o México pensasse em ignorar os Estados Unidos. As pessoas e as estruturas nos países do Leste simplesmente podem não estar prontas para o mar alto representado pelo universo da livre empresa e da competição. Interesses e temores comuns poderiam resultar numa espécie de Commonwealth em que Moscou continuaria a fornecer algumas regras.

Mas todos esses dados estão sujeitos, agora, a um processo histórico ex-

cessivamente complexo para ser previsível. Basta lembrar uma imensa incógnita: a questão alemã. Só a rigidez dos blocos tem impedido, até hoje, que os alemães pensem seriamente na reconstituição do seu antigo estado nacional. Só a rigidez ideológica justifica a existência de uma Alemanha Oriental; pois se o jogo do mercado ultrapassar o Muro de Berlim, os alemães do Leste não têm motivos para viver à parte.

Está pronta a Europa – e o resto do mundo – para repensar a Questão Alemã?

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil* de 23 de outubro de 1989.)



SASSE

ESTE NOME SIGNIFICA SEGURANÇA

É o que você conquista quando faz seus seguros na **SASSE**.

Em nossa companhia, você tem a certeza de ter tomado a melhor decisão.

Afinal, quem faz os seguros da Caixa é quem garante a sua tranquilidade.



SASSE
SEGUROS
GARANTIA DA CAIXA